

Relatório de execução orçamental

AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

3º trimestre 2021

1. ANÁLISE DE RESULTADOS

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

3. INVESTIMENTO

4. ANÁLISE DE EVOLUÇÃO DE PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS

ACRÓNIMOS e FÓRMULAS

ANEXO: Parecer dos Órgãos de Fiscalização

1. ANÁLISE DE RESULTADOS

3º trimestre 2021

Demonstração de Resultados	2021				9M		
	1º T	2º T	3º T	4º T	2021	2020	Orç. 2021
Venda de água	€	0	0	0	0	0	0
Prestação de Serviços	€	4 204 514	4 006 174	4 210 039	12 420 726	9 611 468	12 511 832
Compens. uniformização tarifária	€	0	0	0	0	0	0
Rend. Construção (IFRIC 12)	€	0	0	0	0	0	0
Desvio de recuperação de gastos	€	0	0	0	0	0	0
Volume de Negócios	€	4 204 514	4 006 174	4 210 039	12 420 726	9 611 468	12 511 832
Custo das vendas/variação inventários	€	0	0	0	0	0	0
Margem Bruta	€	4 204 514	4 006 174	4 210 039	12 420 726	9 611 468	12 511 832
Fornecimentos e serviços externos	€	741 832	954 275	779 239	2 475 346	2 381 373	2 660 116
Gastos com pessoal	€	1 717 411	1 686 797	1 752 949	5 157 157	3 744 187	5 002 076
Amortizações	€	74 299	74 299	69 120	217 717	112 860	213 150
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	€	0	0	0	0	0	0
Outros Gastos e Perdas Operacionais	€	5 400	10 089	9 341	24 831	24 411	18 775
Subsídios ao Investimento	€	0	0	0	0	1 802	0
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	€	1 135 994	491 318	354 553	1 981 864	81 278	1 637 027
Resultados Operacionais	€	2 801 565	1 772 031	1 953 943	6 527 539	3 431 717	6 254 742
Gastos Financeiros	€	755 140	702 968	697 473	2 155 580	3 596 006	2 161 738
Rendimentos Financeiros	€	4 557 077	44 691 382	4 512 515	53 760 974	60 230 288	53 819 757
Resultados Financeiros	€	3 801 937	43 988 415	3 815 042	51 605 394	56 634 281	51 658 019
Resultados Antes de imposto	€	6 603 501	45 760 446	5 768 985	58 132 932	60 065 998	57 912 761
Imposto sobre o Rendimento	€	1 640 000	1 682 063	1 525 000	4 847 063	3 919 007	4 849 620
Resultado Líquido do Exercício	€	4 963 501	44 078 383	4 243 985	53 285 869	56 146 992	53 063 142

Nota:
As rubricas: *Rendimentos Construção (IFRIC12)* e *Desvio Recuperação de Gastos (DGR)* não são aplicáveis às contas da AdP SGPS individuais. Estas rubricas apenas integram as DF's das empresas Concessionárias.

Indicadores de Resultados	2021				9M		
	1º T	2º T	3º T	4º T	2021	2020	Orç. 2021
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes	€	2 801 565	1 772 031	1 953 943	6 527 539	3 431 717	6 254 742
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation	€	2 875 864	1 846 330	2 023 062	6 745 256	3 542 775	6 467 892
Margem EBITDA	%	68%	46%	48%	54%	37%	52%
Gastos Operacionais/EBITDA	%	88%	148%	129%	117%	177%	122%

Nota:
Estes indicadores refletem os valores acumulados dos 3 meses de cada trimestre. O valor acumulado do ano está refletido nas 3 últimas colunas, para cada período em análise.

ENQUADRAMENTO	
<p>O ano 2021 reflete 12 meses do processo de reorganização do centro corporativo determinado por orientação estratégica, com a incorporação na AdP SGPS, de 3 direções até então pertencentes à AdP serviços, com efeitos a agosto de 2020.</p> <p>A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações é realizada ao abrigo do disposto no DLEO para 2019 (DL 84/2019, de 28 de junho) e do despacho 395/2020 do SET.</p> <p>O PAO2021 foi submetido no SIRIEF no dia 27.12.2020, tendo sido objeto de despacho pelo SET (nº505/2021, de 16.06.2021) que não aprovou o mesmo. Na data de 11 de novembro foi resubmetida a proposta de PAO2021, que face a data assumiu os valores executados até ao mês de agosto (inclusive), facto que determina as execuções constatadas ao longo do documento. A proposta resubmetida foi já objeto de pronúncia por parte da tutela financeira (SET), através do despacho de aprovação nº1155/2021, de 10.12.2021.</p> <p>No âmbito do constante do referido despacho de aprovação, o exercício de análise ao desempenho de 2021, não requer a necessidade de distinção entre a atividade histórica da AdP SGPS, que não considera o impacto da atividade transitada da AdP VALOR e a atividade não recorrente que traduz apenas os rendimentos e gastos associados às direções transitadas da AdP VALOR, como feito nos relatórios do 1º e 2º trimestres e 2021. Assim, o exercício de análise incide sobre a globalidade da atividade da AdP SGPS.</p>	
Resultado Líquido do Exercício	53,3 M€
<p>O Resultado Líquido a setembro apresenta uma variação de -5,1% face a 2020 e um crescimento de 0,4% face ao previsto. Face a 2020, a variação decorre da redução do valor de dividendos. A redução dos resultados nas participadas, decorre dos efeitos da Pandemia na EPAL e AdSA e do efeito variação da OT (0,27% em 2021 e 0,52% em 2020) nos SMM e Parcerias.</p> <p>Regista-se em 2021, o reconhecimento de 1,9 M€, como proveito operacional, em função da substituição de declarações de IVA dos anos de 2016 à 2019, com impacto em resultados.</p>	
Volume de Negócios	12,4 M€
<p>Até setembro, o Volume de Negócios apresenta uma variação de 29,2% face a 2020 e um desvio de -0,7% face ao orçamentado. A variação favorável face a 2020 é resultante da reorganização efetivada, que traduz o reconhecimento dos rendimentos inerentes às 3 direções transferidas, apenas verificado a partir de agosto de 2020, período em que os referidos rendimentos passaram para a esfera da AdP SGPS. Face ao orçamentado o desvio é praticamente inexistente em função da data de revisão do PAO 2021.</p> <p>No que respeita ao fee de gestão, observa-se um crescimento face a 2020 em função do aumento do VN das empresas, exceção feita a EPAL e AdDP.</p>	
Gastos Operacionais	7,9 M€
<p>Até setembro, os Gastos Operacionais da AdP SGPS apresentam uma variação de 24,6% face a 2020 e um desvio de -0,4% face ao orçamentado.</p> <p>A variação face a 2020, é explicada essencialmente pela rubrica de Gastos com Pessoal, cuja variação (37,7%), se justifica pelo processo de reorganização do Grupo AdP (com efeitos a 01 de agosto de 2020), com a integração na AdP SGPS das direções Jurídica, Sistemas de Informação e Compras e Logística e respetivo(a)s colaboradore(a)s.</p> <p>Face ao orçamentado, constata-se um desvio de -6,9% nos FSE's e de 3,1% na rubrica de gastos com pessoal. O desvio na rubrica de FSE's justifica-se pela não realização de prestações de serviços previstas, reconhecidos na rubrica de Trabalhos Especializados. No que respeita aos gastos com pessoal, o desvio observado justifica-se sobretudo pela especialização de gastos diferida de forma equitativa pelo 4º quadrimestre de 2021.</p>	
Resultado financeiro	51,6 M€
<p>O Resultado Financeiro cifrou-se em 51,6 M€, que reflete uma variação -8,9% face a 2020, estando em linha com o resultado previsto no orçamento.</p> <p>Face a 2020 e relativamente aos rendimentos financeiros, a variação decorre essencialmente da redução verificada no valor de dividendos recebidos (-4,5 M€). Verifica-se ainda a redução das comissões associadas ao BEI, cobradas às empresas do Grupo.</p> <p>No que respeita aos Gastos Financeiros, regista-se uma redução face a 2020, em função de um valor inferior de juros suportados associados aos empréstimos obrigacionistas.</p>	

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

3º trimestre 2021

Demonstração da Posição Financeira	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
Ativos não correntes	€ 1 366 342 213	1 359 490 637	1 329 404 825		1329 404 825	1353 732 818	1332 481 195
Ativo intangível	€ 0	0	0		0	53 170	0
Ativo tangível	€ 67 153	65 803	64 453		64 453	15 334	65 803
Ativos sob direito de uso	€ 560 938	487 989	407 834		407 834	633 886	102 645
Inv. Financeiros (Suprimentos)	€ 652 989 102	645 293 824	615 289 518		615 289 518	640 350 982	618 669 727
Investimentos financeiros em Associadas	€ 712 725 020	713 643 020	713 643 020		713 643 020	712 679 446	713 643 020
Acordos de pagamento (Clientes)	€ 0	0	0		0	0	0
Outros	€ 0	0	0		0	0	0
Ativos correntes	€ 54 885 644	78 533 137	108 551 673		108 551 673	86 577 377	107 887 123
Clientes	€ 6 931 561	4 720 433	4 962 215		4 962 215	5 893 041	3 125 568
Disponibilidades	€ 25 515 751	43 431 118	74 991 428		74 991 428	11 522 666	76 487 313
Outros ativos correntes	€ 22 438 332	30 381 585	28 598 030		28 598 030	69 161 670	28 274 242
Ativo total	€ 1 421 227 858	1 438 023 773	1 437 956 499		1437 956 499	1440 310 196	1440 368 318
Capital Social	€ 434 500 000	434 500 000	434 500 000		434 500 000	434 500 000	434 500 000
Ações próprias	€ 0	0	0		0	0	0
Resultados transitados e reservas	€ 422 779 892	395 279 892	395 279 892		395 279 892	362 214 156	395 279 892
Resultado líquido	€ 4 963 501	49 041 884	53 285 869		53 285 869	60 565 736	56 290 882
Capital Próprio	€ 862 243 393	878 821 776	883 065 761		883 065 761	857 279 892	886 070 774
Passivos não Correntes	€ 546 286 567	546 057 729	542 649 172		542 649 172	549 549 446	542 733 577
Financiamentos obtidos	€ 540 909 091	540 909 091	537 500 000		537 500 000	544 318 182	537 500 000
Passivos da Locação	€ 187 886	168 006	149 172		149 172	231 264	233 577
Subsídios ao investimento	€ 189 591	-19 367	0		0	0	0
Acrés. Custos Investim. Contratual	€ 0	0	0		0	0	0
Outros passivos não correntes	€ 5 000 000	5 000 000	5 000 000		5 000 000	5 000 000	5 000 000
Passivos Correntes	€ 12 697 897	13 144 268	12 241 565		12 241 565	33 480 858	11 563 968
Financiamentos obtidos	€ 6 818 182	6 818 182	6 818 182		6 818 182	28 818 182	6 818 182
Passivos da Locação	€ 296 672	278 015	245 572		245 572	294 983	118 915
Outros passivos correntes	€ 5 583 043	6 048 071	5 177 811		5 177 811	4 367 693	4 626 871
Passivo total	€ 558 984 464	559 201 997	554 890 737		554 890 737	583 030 304	554 297 545
Passivo + Capital Próprio	€ 1 421 227 858	1 438 023 773	1 437 956 499		1437 956 499	1440 310 196	1440 368 318

Indicadores da Posição Financeira	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
Autonomia Financeira	% 61%	61%	61%		61%	60%	62%
Liquidez Geral	n.º 4,3	6,0	8,9		8,9	2,6	9,3
Solvabilidade	n.º 1,5	1,6	1,6		1,6	1,5	1,6
Fundo de Maneio	€ 42 187 747	65 388 869	96 310 108		96 310 108	53 096 519	96 323 155
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue	% 0,8%	0,2%	0,2%		0,2%	0,4%	0,5%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	% 2,3%	10,6%	7,9%		7,9%	7,1%	6,4%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	% 1,4%	6,8%	4,9%		4,9%	4,2%	3,9%

Nota: Estes indicadores são anualizados nas componentes de resultados

Indicadores da Posição Financeira	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
PMP (conforme RCM n.º 133/2008 de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009)	Dias 26	52	45		45	28	24

Posição Patrimonial - Ativo	1 438,0 M€
<p>O Ativo Total apresenta uma redução face ao real 2020 (2,4 M€), assente fundamentalmente na redução (via amortização/liquidação) dos empréstimos acionistas às empresas participadas (-25,1 M€ em suprimentos e -40,6 M€ em apoios de tesouraria), com reflexo em disponibilidades (+ 60,5 M€).</p> <p>Face ao previsto em sede de orçamento, está previsto um valor de empréstimos a participadas no valor aproximado de 3,7 M€, cuja efetivação se estima para o 4º trimestre de 2021.</p> <p>Em 2021 deu-se continuidade à gestão centralizada do financiamento e disponibilidades do Grupo, no sentido de permitir uma gestão integrada das necessidades financeiras. Esta gestão permite e tem permitido evitar e/ou mitigar situações de ruturas de tesouraria.</p>	
<p>A dívida de Clientes cifra-se em 4,9 M€, o que reflete uma redução de 1 M€ face a 2020 e representa um valor 1,8 M€ abaixo do previsto para final do ano. Cerca de 70% do valor corresponde sobretudo à faturação (de juros dos empréstimos às participadas, comissões BEI e fee's de gestão) do período, não vencida. Dá-se nota de que o orçamentado assumiu recebimentos de acordo com os prazos médios contratados.</p> <p>A rubrica de outros ativos correntes regista uma redução significativa face aos períodos em comparação, em virtude do reembolso realizado por parte das empresas participadas. Destaca-se o reembolso da AdvT, em cerca de 30M€ realizado em janeiro.</p>	
Posição Patrimonial - Passivo	554,9 M€
<p>O Passivo Total reduz significativamente face a dezembro de 2020 (desvio de 23,1 M€), justificada essencialmente pela amortização dos empréstimos obtidos junto das empresas subsidiárias com excedentes de tesouraria, mais concretamente -22 M€ junto da EPAL, em jan/21.</p> <p>Face ao orçamentado, e em função da data de realização do PAO revisto, não se registam desvios relevantes. Destaca-se apenas o facto do saldo do passivo financeiro a curto prazo representar a amortização de capital do empréstimo obrigacionista, contraído junto do BPI.</p>	
Indicadores da Posição Financeira	
<p>Liquidez geral e Fundo de Maneio: sem desvios relevantes face ao orçamentado para final do ano. Face a 2020, as variações registadas, resultam do já mencionado processo de recebimento de parte dos empréstimos às participadas, com reflexo no ativo de curto prazo, designadamente na rubrica de disponibilidades.</p>	
Posição Patrimonial - PMP	45 Dias
<p>No âmbito do cumprimento das orientações legais, assinala-se o cumprimento da RCM n.º 34/2008 referente ao Prazo Médio de pagamentos. O indicador é calculado com base nos últimos 4 trimestres.</p>	

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

3º trimestre 2021

Financiamento	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
Empréstimos e Passivos da Locação equiparados	€ 547 727 273	547 727 273	544 318 182		544 318 182	573 136 364	544 318 182
Médio e Longo Prazo	€ 540 909 091	540 909 091	537 500 000		537 500 000	544 318 182	537 500 000
BEI	€ 0	0	0		0	0	0
Banca Comercial	€ 540 909 091	540 909 091	537 500 000		537 500 000	544 318 182	537 500 000
Empresas do grupo	€ 0	0	0		0	0	0
Passivo da Locação*	€ 0	0	0		0	0	0
Outros	€ 0	0	0		0	0	0
Curto Prazo	€ 6 818 182	6 818 182	6 818 182		6 818 182	28 818 182	6 818 182
BEI	€ 0	0	0		0	0	0
Banca Comercial	€ 6 818 182	6 818 182	6 818 182		6 818 182	6 818 182	6 818 182
Empresas do grupo	€ 0	0	0		0	22 000 000	0
Descobertos bancários	€ 0	0	0		0	0	0
Passivo da Locação*	€ 0	0	0		0	0	0
Outros	€ 0	0	0		0	0	0

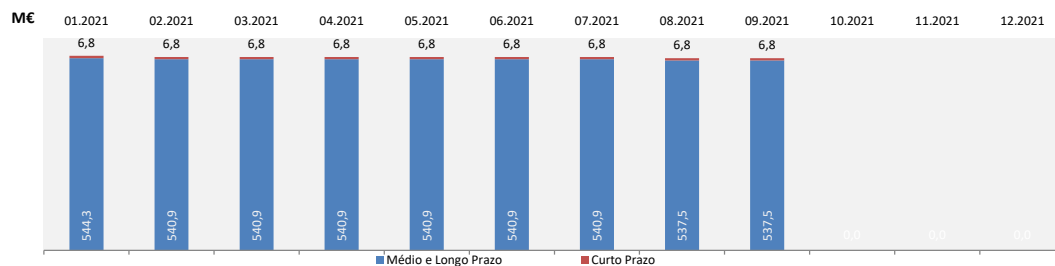
* Para o Financiamento apenas se considera o Passivo da Locação relativo a entidades equiparadas a instituições financeiras, pelo que não se inclui o passivo da locação relativo aos contratos de AOV

Indicadores de Financiamento	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
Dívida Financeira	€ 547 727 273	547 727 273	544 318 182		544 318 182	573 136 364	544 318 182
Debt to Equity	€ 0,6	0,6	0,6		0,6	0,7	0,6
Net Debt - Endividamento líquido	€ 522 211 522	504 296 155	469 326 754		469 326 754	561 613 698	467 830 868
Net Debt to EBITDA	€ 45	53	52		52	98	69

Nota: EBITDA ajustado, com valor estimado para 12 meses

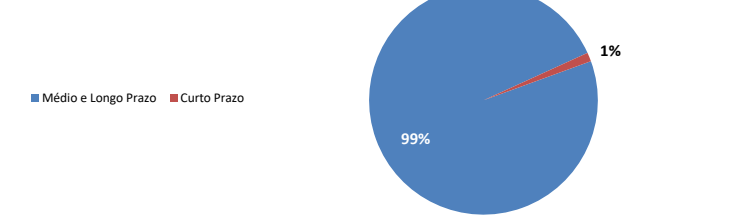
No indicador Net Debt não são consideradas as Locações Financeiras

Evolução do Endividamento



Dívida Financeira	544,3 M€
<p>A Dívida Financeira Total da AdP SGPS é composta por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empréstimo Obrigacionista, que prevê uma amortização programada de capital no valor de 6,8 M€ ano. Atualmente com o saldo de 537,5 M€ em M/L prazo e 6,8 M€ Curto prazo. - Empréstimos obtidos junto das Empresas Subsidiárias com excedente de tesouraria, atualmente sem saldo. Em dez/20 foi contraído um empréstimo de 22,0 M€ junto da EPAL, também integralmente reembolsado em jan/21. <p>A Dívida Financeira atingiu, em setembro de 2021, o valor de 544,3 M€, refletindo uma redução de 28,8 M€ face 2020 e em linha com a estimativa para 2021.</p> <p>Face a dezembro de 2020, a redução observada decorre: i) do reembolso de empréstimos obtidos em dezembro junto das empresas do subsidiárias, tendo o reembolso, no total de 22,0 M€, ocorrido em jan-21, realizado junto da EPAL; e ii) da amortização programada de capital no valor de 6,8 M€ (que ocorre nos meses de fevereiro e agosto de cada ano).</p>	
Net Debt - Endividamento líquido	469,3 M€
<p>A setembro, o Endividamento Líquido atinge os 469,3 M€, sendo este composto pelos empréstimos obrigacionistas (544,3 M€), deduzido das disponibilidades (75 M€).</p> <p>Dá-se ainda nota de que a evolução que se observa no indicador Net Debt to EBITDA é fundamentalmente condicionada pela redução do nível de endividamento da empresa, e pelo reconhecimento extraordinário registado na rubrica de outros rendimentos operacionais.</p>	

Estrutura do Endividamento



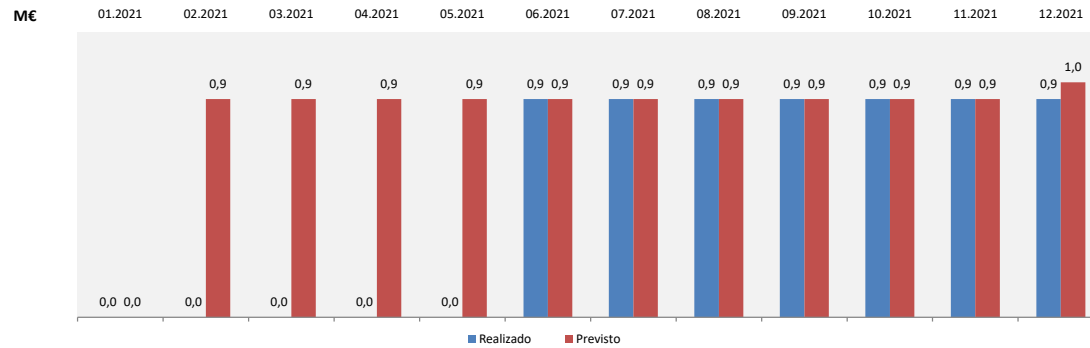
3. INVESTIMENTO

3º trimestre 2021

Unid: Eur

Investimento	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
Investimento	€	0	918 000	0	918 000	1 203 768	988 000
Participações financeiras	€	0	918 000	0	918 000	1 203 768	988 000

Investimento mensal acumulado: realizado vs previsto



Investimento (Financeiro)	0,9 M€
<p>Nos primeiros 9 meses do ano a AdP SGPS procedeu (em jun/21) ao investimento de 0,9M€ na AdAM, correspondente ao aumento de participação de capital social na empresa (previsto para fev/21).</p> <p>Em orçamento, encontra-se previsto um conjunto de investimentos para 2021, que totalizam 0,998 M€. O diferencial face ao orçamentado corresponde a um investimento no valor de 98 mil€, relativo a um reforço da posição acionista no capital social naquela mesma empresa (previsto para o 4º trimestre).</p>	

4. ANÁLISE DE EVOLUÇÃO DE PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS

3º trimestre 2021

Indicadores e Gastos Operacionais	2021				9M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2019	Orç. 2021	2019	Orç. 2021
GASTOS OPERACIONAIS	€ 2 459 244	5 100 316	7 632 503		6 027 569	7 662 192	8 363 119	12 750 784
(1) CMVCM	€ -	0	0		-	-	0	0
(2) FSE's	€ 741 832	1 696 107	2 475 346		2 504 021	2 660 116	3 612 184	5 550 683
(3) PESSOAL (DR)	€ 1 717 411	3 404 209	5 157 157		3 523 548	5 002 076	4 750 935	7 200 101
i) impacto repos. direitos previstos nos IRCT	€ -	0	0		-	36 178	9 763	48 237
ii) impacto valoriz. remun. não abrang. por IRCT	€ -	0	0		-	-	-	-
iii) Rescisões/Indemnizações	€ -	0	0		-	-	69 804	150 000
EFEITO COVID	€ -	6 241	- 6 571	- 8 582	-	-	-	-
iv) FSE's - Efeitos COVID	€ -	-	-	-	-	-	-	-
v) Pessoal - Efeitos COVID	€ -	6 241	- 6 571	- 8 582	-	-	-	-
vi) Viaturas - Efeitos COVID	€ -	-	-	-	-	-	-	-
vii) VN - Efeitos COVID	€ -	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RUBRICAS OPERACIONAIS	€ 97 307	299 283	428 072		353 683	635 976	933 958	847 968
viii) Gastos com Deslocações, Alojamento e ajudas de	€ 2 774	14 192	15 852		11 586	25 652	30 605	34 203
ix) Gastos com as viaturas ^(a)	€ 55 097	134 642	200 401		145 243	213 146	222 176	284 195
x) Gastos com estudos, pareceres e proj. Consultoria	€ 39 435	150 448	211 819		196 854	397 178	681 177	529 571

INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS A GASTOS OPERACIONAIS

GO/VN (1)/(5) ^(b)	%	58,3%	62,0%	61,4%	73,0%	61,2%	73,9%	71,3%
(4) Gastos Operacionais ^(b) = (1) + (2) + (3) + (iv) + (v)	€	2 453 002	5 093 744	7 623 921	6 027 569	7 662 192	8 363 119	12 750 784
(5) Volume de Negócios ^(c) = (VN) + (vii)	€	4 204 514	8 210 687	12 420 726	8 259 677	12 511 832	11 317 016	17 872 455
Gastos com Pessoal ^(d) = (3) - (i) - (ii) - (iii) + (v)	€	1 711 170	3 397 637	5 148 575	3 523 548	4 965 898	4 671 368	7 001 864
Rubricas Operacionais ^(e) = (vi) + (viii) + (ix)	€	57 872	148 835	216 253	156 829	238 798	252 781	318 397
Gastos c/ estud., pareceres e proj. Consult. (f) = (x)	€	39 435	150 448	211 819	196 854	397 178	681 177	529 571

NOTAS:

- a) Inclui: rendas/amortizações, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, portagens, estacionamento, pneumáticos e taxas e impostos;
b) A rubrica de gastos com pessoal não é corrigida conforme o constante na alínea a) do nº3 do artigo 158 do DLEO nº 84/2019, de 28 de junho;
c) O volume de negócios não incorpora o DRG e a IFRIC 12;
d) Conforme alínea a) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho;
e) Conforme alínea b) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho;
f) Conforme alínea c) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho

Indicador Financeiro	2021				9M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2019	Orç. 2021	2019	Orç. 2021
ENDIVIDAMENTO - LOE 2021								
Financiamento Remunerado	€ 547 727 273	547 727 273	544 318 182		660 954 545	537 500 000	661 954 545	544 318 182
Var. Endiv. (DLEO 2019 (artº159) e IEIPG 2020 (nº4.2))	% -10,4%	-10,4%	-10,7%		-2,6%	-11,4%	-2,5%	-10,7%

Indicador Operacional	2021				9M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2019	Orç. 2021	2019	Orç. 2021
RH - LOE 2021, DLEO 2019 (artº157) e IEIPG								
Número Total de RH (OS +Trabalhadores)	Nº 109	113	113		71	114	71	120
N.º Órgãos Sociais (OS)	Nº 13	13	13		11	13	11	13
N.º Trabalhadores (exceto OS)	Nº 96	100	100		60	101	60	107

NOTAS:

O rácio de ENDIVIDAMENTO trimestral é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2019. O rácio de ENDIVIDAMENTO de 2019 é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2018. O rácio de ENDIVIDAMENTO do Orç.2021 é calculado com base no real a dezembro de 2019.

Princípio Financeiro - PRC	9M			Ano
	2021	2020	2019	Referência
Gastos com Pessoal	€ 5 157 157	3 484 635	3 523 548	
Órgãos Sociais	€ 542 724	395 528	444 973	
Absentismos (**)	€ -	-	-	
Gastos com Pessoal (sem efeito de OS e Absentismos)	€ 4 614 433	3 089 107	3 078 575	2020
Rubricas Operacionais (*)	€ 216 253	188 006	156 829	2020
Gastos c/ estud., pareceres e proj. Consult.	€ 211 819	226 409	196 854	2020

(*) Valor engloba gastos com Viaturas, Deslocações, Alojamento e Ajudas de Custo

(**) Indicador a apurar no final do exercício

Pressupostos de Análise:

Ao abrigo das Instruções constantes no Despacho n.º 395/2020 do SET de 27/07/2020, é estabelecido que o cumprimento dos indicadores/princípios orçamentais é efetuado com referência ao exercício de 2019, uma vez que se assumiu que o ano de 2020 constituiu um ano atípico, decorrente da situação conjuntural determinada pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2.

PESSOAL

Os valores apurados e estimados que compõem os efeitos COVID em Gastos com Pessoal são fundamentalmente gastos incorridos com equipamento de proteção e linha de apoio psicológico.

Para efeito de cálculo dos princípios orçamentais, adotou-se o disposto no DLEO 84/2019 de 28 de junho, assim como das IEIPG para 2020, através do ofício nº 3653, de 26 de setembro de 2019. Nos termos do nº4 do despacho nº398/2020 do SET, para avaliação do rácio GO/VN, aos gastos operacionais (GO) devem ser subtraídos gastos operacionais que resultem das medidas tomadas para fazer face à pandemia. Estes gastos respeitam quer a FSE's quer a Pessoal.

A projeção para o ano de 2021 assume o valor de 48 mil€, correspondente a valorizações remuneratórias decorrentes do ACT. O pressuposto assumido para a análise do trimestre é a mensuração daquele valor anual.

Análise:

O rácio GO/VN apresenta um valor, de 61,4% até ao 3º trimestre de 2021. O rácio é cumprido face a igual período de 2019, sobretudo pelo desempenho favorável do Volume de Negócios. Face ao Orçamentado para 2021, o indicador encontra-se ligeiramente acima do previsto para o 3º trimestre (61,2%), todavia abaixo do estimado para final do ano (71,3%)

O indicador de Gastos com Pessoal apresenta o valor de 5,1 M€, o que representa um crescimento face a 2019, decorrente sobretudo do processo de reorganização (ocorrido em 01 de agosto de 2020). Se comparado ao orçamentado para igual período de 2021, este encontra-se acima do previsto, todavia é expectável o cumprimento deste indicador no final do ano.

O indicador de Rubricas Operacionais, reflete, um crescimento face a igual período de 2019, decorrente sobretudo pelo aumento de "Gastos com estudos, pareceres e projetos". Todavia, face ao orçamentado para igual período, o valor encontra-se abaixo do previsto, sendo expectável o cumprimento deste indicador no final do ano.

O indicador de gastos c/ estudos, pareceres, proj. consult, apresenta-se inferior ao previsto em igual período do orçamento, sendo igualmente expectável o cumprimento do indicador no final do ano.

Endividamento:

O indicador Endividamento reflete uma redução do financiamento remunerado, face ao registado até ao 3º trimestre de 2019, no valor de 116,6 M€. Esta redução deve-se, essencialmente, aos reembolsos de empréstimos obtidos junto das empresas subsidiárias.

Conforme previsto na LOE e no DLEO para 2019, existe um limite de crescimento do endividamento da empresa, até 2% face a 2020. Até ao 3º trimestre de 2021 e conforme disposto no artº159 do DLEO, este indicador regista uma redução de 10,7% face a dezembro de 2019.

Recursos Humanos:

Constata-se, a setembro de 2021, um aumento do nº de trabalhadores ativos em 42, face ao registado no final de 2019, e uma redução face ao previsto para dezembro de 2021 (-7 trabalhadores). O acréscimo face ao fecho de 2019 justifica-se pela reorganização operada em agosto de 2020, assim como pelo aumento de 2 Órgãos Sociais (nomeação do novo CA em maio de 2020, designamento do Presidente e um Vogal Executivo)

Constituem os órgãos sociais: 6 membros do CA, 1 ROC, 3 membros do Conselho Fiscal, 3 membros da AG, num total de 13. Neste âmbito, dá-se nota de que o secretário da sociedade está considerado como colaborador e não como Órgão Social.

Ponto 3.1 dos Princípios Financeiros (Despacho nº 395/2020 - SET)

No âmbito da monitorização do ponto 3.1. das IPG definiu-se o ano de referência para cada uma das rubricas em análise em função do valor anual real entre 2019 e 2020, tendo-se assumido o ano de comparação como aquele com maior valor.

No caso da AdP SGPS, para os 3 indicadores é o ano de 2020.

Face à reorganização operada (com efeitos a agosto de 2020) e em função dos ajustes/reclassificações inerentes terem sido feitos até ao final de 2020, a presente monitorização, deverá ser realizada apenas no final de 2021, na realização do RET do 4º trimestre.

ACRÓNIMOS	DESCRIÇÃO
Gerais	
ACT	Acordo Coletivo de trabalho
AdA	Águas do Algarve
AdAM	Águas do Alto Minho
AdCL	Águas do Centro Litoral
AdNorte	Águas do Norte
AdP	Águas de Portugal
AdVT	Águas do Vale do Tejo
AgdA	Águas Públicas do Alentejo
BEI	Banco Europeu de Investimentos
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres
FSE	Fornecimento e Serviços Externos
IEIPG	Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão
LOE	Lei de Orçamento de Estado
NSE	Níveis de Serviços Estabelecidos
OT	Obrigações do Tesouro
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SET	Secretaria de Estado do Tesouro
SMM	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento
VN	Volume de Negócios
Indicadores	
DRG	Desvio Recuperação de Gastos
EBIT(DA)	Earning Before Interest and Taxes (Depreciations and Amortizations)
FA	Fundo Ambiental
GO	Gastos Operacionais
IFRIC12	Internacional Financial Reporting Interpretations Committee
OT	Obrigações do Tesouro (a 10 anos)
VN	Volume de Negócios
ROA	Rentabilidade dos Ativos
ROCE	Rentabilidades do Capital Empregue
ROE	Rentabilidade do Capital Próprio
Unidades	
M€	Milhões de Euros
m€	Milhares de Euros
€	Euros
3M, 6M, 9M e 12 M	Valores Acumulados do; 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre e 4º trimestre, respetivamente
FÓRMULAS	
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo Total
Debt to Equity	Dívida Financeira / Capital Próprio
EBIT	EBITDA (Ajustado - Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Subsídios ao Investimento)
EBITDA	Resultado Operacional + Amortizações, provisões e perdas por imparidade - Subsídios ao investimento
Fundo de Maneio	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Gastos Operacionais	Custo das vendas + FSE + Gastos com Pessoal + Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Outros Gastos Operacionais
Liquidez Geral	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Margem EBITDA	EBITDA (Ajustado) / Volume de Negócios
Net Debt	Dívida Financeira - Disponibilidades
Net Debt to EBITDA	Net Debt / EBITDA
ROA	Resultado Líquido / Ativo Total
ROCE	EBIT / (Capital Próprio)
ROE	Resultado Líquido / Capital Próprio
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo Total
Variação do Endividamento	$\left[\text{Financiamento Remunerado}_N - \text{Financiamento Remunerado}_{N-1} \right] + \left[\text{Capital Social}_N - \text{Capital Social}_{N-1} \right] / \left[\text{Fundo de Remuneração}_{N-1} + \text{Capital Social}_{N-1} \right]$
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2021

Introdução

Para efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, apresentamos o nosso relatório sobre a Execução Orçamental do 3.º trimestre de 2021, da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP), cujos mapas financeiros apresentam um valor de ativo orçamentado (para 12 meses) e real de 1.440.368.318 euros e 1.437.956.499 euros, respetivamente, de capital próprio orçamentado (para 12 meses) e real de 886.070.774 euros e 883.065.761 euros, respetivamente, e um resultado líquido orçamentado (para 12 meses) e real de 56.290.882 euros e 53.285.869 euros, respetivamente.

Responsabilidades

O Conselho de Administração procedeu à elaboração do referido Relatório sobre a Execução orçamental do 3.º trimestre de 2021, para cumprimento do diploma legal mencionado no parágrafo anterior.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação da informação contida no referido relatório, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada, quanto a se a informação contida no Relatório sobre a Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2021, está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu principalmente, em indagações, procedimentos analíticos e análise documental destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação contida no referido Relatório sobre a Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2021;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;

- a adequação da apresentação da informação constante do Relatório sobre a Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2021.

Adicionalmente, devemos ainda referir que (i) efetuámos os contactos considerados adequados nas circunstâncias, tendo obtido todos os esclarecimentos necessários; (ii) analisámos a evolução da situação económica e financeira da Empresa; e (iii) verificámos o cumprimento das obrigações legais.

Conclusões

Não tomámos conhecimento de que as políticas e procedimentos contabilísticos da Empresa tenham registado alterações significativas no 3.º trimestre de 2021, sendo os valores reportados decorrentes dos processamentos e registos das operações / transações realizadas no período em análise, tendo em conta o mencionado no parágrafo anterior.

Consideramos adequadas as divulgações efetuadas no Relatório sobre a Execução Orçamental do 3.º trimestre de 2021, nomeadamente no que respeita aos desvios verificados.

O Despacho n.º 395/2020 – SET, de 27 de julho de 2020, define as instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021, das empresas públicas não financeiras do SEE. Consta deste diploma a indicação de que tendo o ano de 2020 sido, para a generalidade das empresas do SEE, um ano atípico, fruto da situação conjuntural determinada pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, o ano de referência a ser tomado em consideração para a elaboração dos planos anual e plurianual é, não o ano de 2020, mas sim o ano de 2019.

Conforme mencionado no Relatório sobre a Execução orçamental do 3.º trimestre de 2021, o PAO 2021 foi submetido no SIRIEF no dia 27 de dezembro de 2020, tendo sido objeto de despacho pelo SET (n.º 505/2021, de 16 de junho) que não aprovou o PAO proposto. Na data de 11 de novembro de 2021 foi resubmetida a proposta de PAO 2021 tendo a mesma sido objeto de despacho de aprovação pelo SET (n.º 1155/2021 de 10 de dezembro).

Relativamente aos indicadores financeiros verificámos o seguinte:

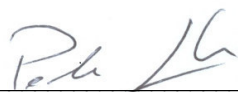
- a) O indicador de eficiência operacional é de 58,7% encontrando-se abaixo do rácio atingido em 2019 (73,0%) e abaixo do previsto para 2021 (61,2%);
- b) Os gastos com pessoal estão acima do verificado no período de 2019, mas abaixo do valor orçamentado;
- c) Os fornecimentos e serviços externos apresentam uma diferença para mais de 37,4% face ao valor do período de 2019 e para menos de 2,5% face ao montante orçamentado;
- d) O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e gastos associados à frota automóvel considerados como rubricas operacionais estão acima do valor do período de 2019 e abaixo do valor orçamentado.

Deste modo, tendo em conta o disposto no n.º 7 do art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, verificámos o ponto 4. do Relatório sobre a Execução Orçamental do 3.º trimestre de 2021, que apresenta a evolução dos gastos operacionais, incluindo a discriminação dos gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na Lei do Orçamento do Estado, sendo que consideramos adequada a informação divulgada naquele ponto e que a informação se encontra em cumprimento com o disposto naquele artigo, exceto quanto ao referente aos gastos com pessoal, aos gastos considerados nas rubricas operacionais e gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, que se encontram acima do valor do período homólogo de 2019.



Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os dados e divulgações constantes do Relatório sobre a Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2021, tendo em conta o descrito no parágrafo acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tal informação não esteja isenta de distorções materialmente relevantes e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

28 de janeiro de 2022



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º 20160813





**Relatório do Conselho Fiscal
da
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA**

3.º Trimestre de 2021

O presente Relatório é emitido nos termos da alínea i), do número 1, do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e destina-se a ser enviado à Inspeção-Geral de Finanças e a Párpública, SGPS, S.A., juntamente com o Relatório apresentado pela Sociedade, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro.

O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do terceiro trimestre de 2021, a gestão e a evolução da situação económica e financeira, bem como a execução orçamental da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (AdP).

No quadro da cooperação mantida com os quadros da AdP, o Conselho Fiscal dispôs dos elementos necessários ao acompanhamento da sua situação de forma a emitir o presente Relatório.

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com as competências previstas na Lei e nos Estatutos da Sociedade. Considerando o trabalho desenvolvido, não foram identificados, com exceção do referido abaixo, factos relevantes ou críticos, ou anomalias no funcionamento da Sociedade suscetíveis de serem relatados no âmbito do presente Relatório.

A informação disponibilizada relativamente ao terceiro trimestre foi analisada em sessão do Conselho Fiscal.

A análise foi efetuada tendo em atenção os desvios do executado (real) face ao Plano de Atividades e Orçamento (PAO), bem como a sua comparação com o período homólogo de 2019.

Relativamente aos desvios entre o executado e o PAO, observa-se um ténue desvio favorável do Resultado Líquido de aproximadamente 0,42% (0,22M€), num cenário de reconhecimento no exercício de um proveito operacional na ordem dos 1,6M€ com impacto nos resultados e origem na substituição de declarações de IVA de anos anteriores.

Observa-se igualmente, um ligeiro aumento nos gastos operacionais, aproximadamente de 0,03M€, realçando-se o aumento verificado na rubrica gastos com o Pessoal de 3% (0,16M€), influenciado pelo processo de reorganização ocorrido a partir de 2 de agosto de 2020.

No trimestre em análise evidencia-se o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (GO/VN), tendo este se cifrado nos 61,4%, inferior em cerca de 12 p.p. ao atingido no período homólogo de 2019 (73%) e ligeiramente acima do valor previsto até o terceiro trimestre (61,2%) embora inferior ao estimado para o final do ano (71,3%). O cumprimento do rácio face a igual período de 2019 resulta do aumento do Volume de Negócios (50% → 4,2M€) face a 30/09/2019.

Comparativamente ao período homólogo de 2020 realça-se o decréscimo do resultado líquido em 5,1% (2,9M€) relacionado essencialmente com a redução do valor dos dividendos que traduz a redução dos resultados nas participadas.

O Conselho Fiscal observa que, e atendendo a que não foi publicado o Decreto Lei de Execução Orçamental para o ano de 2021, até ao momento, não se encontra a ser cumprido o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 158º do Decreto-Lei nº 84/2019 (Execução Orçamental de 2019), visto que, o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, superiores aos suportados em período homólogo de 2019, bem como o conjunto de gastos realizados com estudos, pareceres, projetos e consultorias, aumentou face ao período homólogo de 2019, devendo não obstante ser relevado que os mesmos são inferiores aos valores do PAO.

Em termos consolidados, observa-se, face ao período homólogo de 2020, um aumento no Volume de Negócios (VN) em cerca de 3% (13,6M€), explicado por um aumento generalizado do VN de quase todas as participadas com registo, contudo, de desvios contrários a esta tendência de maior expressão na Águas do Norte, Águas do Douro e Paiva e EPAL. O rácio GO/VN cifrou-se nos 46,35%, ligeiramente superior ao registado a 31/12/2020, 46,11%.

Constata-se um acréscimo do RL do período em cerca de 4% (2,6M€), com destaque para a variação positiva ocorrida na AdP, SGP, esta resultante da redução dos encargos financeiros com os empréstimos obrigacionistas e reconhecimento do proveito com origem no crédito fiscal em IVA, no montante de 1,9M€ e na Águas do Norte, resultante de reconhecimento de um benefício fiscal, na ordem dos 0,5M€ e redução das amortizações líquidas de subsídios em cerca de 1,8M€.

Verificou-se que os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) aumentaram 2% (2,5M€), explicado pelo aumento generalizado da despesa em todas as rubricas, incluindo a componente residual, com exceção para os gastos com a eletricidade, os quais registam uma redução de 17,7% por impacto da contratação efetuada para os anos 2021 e 2022 destinada a uma poupança anual na ordem dos 5M€ face a 2020.

Destaca-se que, os gastos com Estudos/Consultoria/Auditoria aumentaram 21% (1M€), relativamente ao período homologo.

Verificou-se igualmente que o Grupo AdP, no 3º trimestre de 2021, registou um aumento (5% → 4M€) dos Gastos com o Pessoal face ao período homologo de 2020, variação influenciada pela entrada no perímetro de consolidação da Águas do Alto Minho, 2,6M€ e aumento do valor das horas extraordinárias em 0,2M€.

Os resultados financeiros, embora ainda negativos, apresentam, face ao período homologo, uma melhoria de aproximadamente 13% (2M€) influenciada pela diminuição dos juros suportados com os financiamentos obrigacionistas (65% → 0,8M€) e dos juros suportados com os empréstimos junto do BEI (6% → 1M€).

O Conselho Fiscal destaca a manutenção da tendência recente verificada ao nível do défice tarifário, traduzida num superavit da conta Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), desvio bruto de 47M€. Não obstante, a questão do DRG deverá continuar a merecer a melhor atenção por parte do órgão de administração atenta a respetiva materialidade (em 31.09.2020 ascendia a cerca de 511M€).

No terceiro trimestre de 2021, o endividamento líquido consolidado teve um decréscimo de 105M€ face a 31 de dezembro de 2020, destacando-se o aumento da caixa e seus equivalentes que, em 30/09/2021, apresentava um saldo de 310M€. Relativamente ao endividamento bruto consolidado o mesmo teve uma diminuição de cerca de 50M€ face a 31/12/2020.

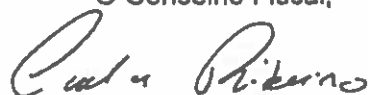
Como já referido nos relatórios anteriores, é motivo de acompanhamento deste conselho fiscal e deve continuar a merecer a melhor atenção por parte do órgão de administração, a evolução dos recebimentos dos clientes, tendo a dívidas de clientes correntes, alcançando até ao terceiro trimestre de 2021 o valor de 321M€, valor que traduz um decréscimo face a 31/12/2020 de aproximadamente 6M€. Esta melhoria assenta maioritariamente da regularização da dívida vencida até 31/12/2020 da Águas de Coimbra, cerca de 20M€ e da celebração do ARD com o Município de Vila Real de Santo António pelo valor de 16,8M€. Se

expurgarmos estes efeitos observa-se a continuidade da tendência de aumento da dívida dos clientes correntes já observada desde o exercício anterior.

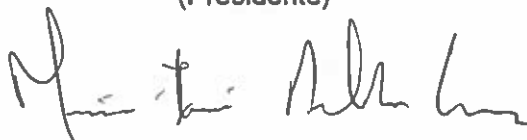
Refere-se por fim que, em termos consolidados identificaram como impacto nas demonstrações financeiras relacionados com a COVID-19, a diminuição do volume de negócios da EPAL em cerca de 2,3M€ e na Águas do Douro e Paiva na ordem dos 1,5M€.

Lisboa, 28 de janeiro de 2022.

O Conselho Fiscal,



Carla Ribeiro
(Presidente)



Mário José Alveirinho Carrega
(Vogal)



Rui Mendes Cabeças
(Vogal)